

Mancala e a Educação Antirracista: Saberes Africanos nos Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática

Resumo:

No decorrer de todo o trabalho, foi abordada a importância do jogo Mancala como ferramenta pedagógica no ensino de Matemática, ainda que de acordo com a legislação da Educação Antirracista e Lei 10.639/03. O jogo de origem africana Mancala destaca-se por suas inúmeras variações e potencial de integrar conceitos matemáticos com saberes culturais, contribuindo para uma educação inclusiva e atrativa. O trabalho aponta, ainda, a importância da formação continuada do docente, uma vez que este origina os objetivos ao utilizar-se do jogo como ferramenta pedagógica. Mesmo diante de seus benefícios, problemas como a resistência às mudanças curriculares e a lacuna na formação do professor ainda se apresentam. Em uma conclusão, pode-se afirmar que o Mancala não ensina apenas conceitos da Matemática, mas promove uma narrativa da cultura africana mais positiva, a partir de uma educação que valorize os conhecimentos sistematizados e fortaleça identidades.

Palavras-chaves: Mancala. Educação Antirracista. Lei 10.639/03. Jogos Africanos. Formação de Professores.

Sarah Graziella dos Santos Peixoto

Universidade Estadual de Feira de Santana
Feira de Santana, BA – Brasil

 <https://orcid.org/0009-0006-6580-0983>
✉ sarahgrazi2024@gmail.com

Recebido • 04/04/2025
Aprovado • 05/06/2025
Publicado • 08/08/2025

Comunicação Científica

1 Introdução

A Educação Antirracista é um movimento pedagógico e político que busca combater o racismo estrutural presente nas sociedades, promovendo uma educação que valorize a diversidade étnico-racial e reconheça as contribuições históricas, culturais e sociais de diferentes grupos raciais, especialmente os afrodescendentes e indígenas. No Brasil, esse movimento ganhou força com a implementação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica (Araújo; Ferreira; Vieira, 2023).

Promulgada em 9 de janeiro de 2003, a Lei 10.639/03 foi uma resposta às demandas dos movimentos negros brasileiros por uma educação que reconhecesse a contribuição dos povos africanos e seus descendentes para a formação da sociedade brasileira. Antes da lei, o currículo escolar brasileiro era majoritariamente eurocêntrico, ignorando ou minimizando as culturas e histórias

dos povos africanos. A implementação da lei visa corrigir essa lacuna histórica e promover uma educação mais inclusiva e representativa.

A lei estabeleceu a obrigatoriedade de incluir no currículo escolar conteúdos que abordem a história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Esses conteúdos devem ser tratados de forma transversal, integrando-se às diversas áreas do conhecimento, especialmente em disciplinas como História, Artes, Língua Portuguesa e Geografia (Brasil, 2003).

A Educação Antirracista vai além da inserção de conteúdos no currículo; ela requer uma mudança na prática pedagógica e na forma como a educação é conduzida nas escolas. Para ser efetiva, a Educação Antirracista deve envolver a formação continuada dos professores, a produção de materiais didáticos adequados e a promoção de um ambiente escolar que valorize a diversidade e combata todas as formas de discriminação (Araújo; Ferreira; Vieira, 2023).

Uma das práticas pedagógicas antirracistas é a adoção de metodologias ativas que coloquem os estudantes como protagonistas de seu aprendizado. Isso inclui o uso de projetos interdisciplinares, estudos de caso, debates e ações que envolvam a comunidade escolar e a família. Além disso, é fundamental que os educadores estejam preparados para lidar com questões de preconceito e discriminação em sala de aula, promovendo um diálogo aberto e respeitoso.

Desde sua promulgação, a Lei 10.639/03 tem enfrentado desafios significativos em sua implementação. Entre os principais desafios estão a resistência de algumas instituições e professores em adotar as diretrizes da lei, a falta de materiais didáticos apropriados e a insuficiência de formação específica para os docentes. A Educação Antirracista, conforme previsto pela Lei 10.639/03, busca não apenas transformar o conteúdo ensinado nas escolas, mas também criar um ambiente em que todos os estudantes, independentemente de sua origem étnico-racial, sintam-se valorizados e respeitados.

A Educação Antirracista e a implementação da Lei 10.639/03 representam passos necessários para a construção de um sistema educacional que reflète a diversidade da sociedade brasileira e combate o racismo estrutural. Embora os desafios permaneçam, as práticas pedagógicas antirracistas oferecem caminhos para transformar as experiências educacionais e promover uma maior equidade nas escolas.

2 Da tradição a educação

Nos últimos anos, há um interesse crescente em abordagens inovadoras no ensino de Matemática, impulsionado pela percepção dos estudantes de que a disciplina é complicada, o que resulta em baixo desempenho. Tradicionalmente, o ensino de Matemática é associado a métodos monótonos e distantes da realidade do aluno, focando na reprodução de tarefas. No entanto, essa abordagem não garante aprendizagem significativa. É essencial que os docentes adotem práticas

inovadoras, utilizando recursos pedagógicos que priorizem a compreensão em vez da mera repetição, promovendo um aprendizado mais próximo da realidade (Góes; Góes, 2015).

A Lei 10.639/03, que institui o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2003), reforça a importância de valorizar a diversidade étnico-racial nas escolas. Nesse contexto, o uso de jogos educativos, como o Mancala, surge como uma oportunidade de integrar aprendizados matemáticos com saberes ancestrais, criando um ambiente pedagógico mais inclusivo e motivador.

Santos e Jesus (2015) destacam que os jogos podem ser usados para introduzir ou revisar conteúdos, mas é crucial que o professor defina claramente o propósito de sua utilização. Jogos podem motivar os alunos e tornar o aprendizado mais dinâmico, seja na introdução de novos conceitos ou na consolidação de conhecimentos prévios.

O Mancala, uma família de jogos de origem africana, é um exemplo de recurso lúdico que combina estratégia e matemática. Com mais de 300 variações, como o Ayo, Cala, Ouri e Awale, esses jogos envolvem contagem, captura e compartilhamento de sementes, promovendo tanto competitividade quanto solidariedade. No Brasil, uma das variações mais conhecidas é o Awalé, que envolve distribuição estratégica de sementes em um tabuleiro, incentivando o raciocínio lógico e a interação entre os jogadores.

A utilização de jogos como o Mancala no ensino de Matemática não só torna o aprendizado mais atrativo, mas também conecta os estudantes a culturas ancestrais, reforçando a importância da diversidade e da valorização de saberes tradicionais. Essa abordagem lúdica e contextualizada pode contribuir significativamente para a motivação e o desempenho dos alunos.

Barreto (2016) afirma que o uso dos jogos africanos pode aprimorar o raciocínio lógico matemático. Além disso, o autor diz também que:

“O diálogo (profícuo e profundo) dos alunos com aspectos da cultura africana, possibilitando uma ampliação de seus horizontes, uma vez que o contato com a cultura africana através dos jogos educativos africanos pode modificar a visão muitas vezes preconceituosa sobre o Continente Africano e de seus descendentes” (BARRETO, 2016, p. 40).

A partir dessas reflexões, este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura nos Anais do XIV ENEM, analisando como o jogo Mancala tem sido abordado enquanto prática educativa no ensino de Matemática e como ele pode se alinhar aos princípios de uma educação antirracista, em conformidade com a Lei 10.639/03.

2.1 Mancala como recurso pedagógico aliado a Lei 10.639/03

Nos últimos anos, o jogo Mancala tem se destacado como uma ferramenta pedagógica que integra o ensino de habilidades matemáticas com a valorização cultural. Correia (2020), por exemplo, utilizou jogos da família Mancala, como o Oware (Awale) e o Shisima, em uma sequência didática para o Ensino Fundamental, visando tanto o desenvolvimento matemático quanto a promoção de saberes

africanos. A pesquisa mostrou que esses jogos não só aprimoram o raciocínio matemático, mas também ampliam a compreensão dos alunos sobre a cultura africana e afro-brasileira, alinhando-se às diretrizes da Lei 10.639/03.

O Mancala, com sua origem africana e diversas variações, oferece uma oportunidade única de conectar o ensino de Matemática à história e cultura africana. Essa abordagem não apenas enriquece o currículo escolar, mas também desafia estereótipos e preconceitos, apresentando a África como um continente rico em diversidade cultural, histórica e intelectual. Ao incorporar elementos culturais africanos, o Mancala se torna uma ferramenta eficaz para a Educação Antirracista, promovendo reflexões críticas e valorizando a contribuição africana para a sociedade brasileira.

Santos e Jesus (2015) destacam que o uso de jogos em sala de aula deve ter objetivos educacionais claros. No caso do Mancala, o professor deve planejar como o jogo pode mediar a aprendizagem matemática e, ao mesmo tempo, promover a valorização cultural. Correia (2020) e Barreto (2016) ressaltam que jogos como o Oware desenvolvem o raciocínio lógico-matemático e ampliam o horizonte cultural dos estudantes, desconstruindo visões preconceituosas sobre a África.

Ao conectar os alunos à cultura africana, o Mancala contribui para uma narrativa mais positiva e precisa do continente, fortalecendo a autoestima e a identidade afro-brasileira. Essa prática pedagógica não se limita à Matemática, mas pode ser expandida para outras disciplinas, promovendo um currículo escolar mais crítico e inclusivo. Assim, o Mancala se revela não apenas como um jogo, mas como uma ferramenta de transformação social, capaz de integrar saberes matemáticos e culturais de forma significativa.

3 Percorso metodológico e categorias analíticas

A pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa, que segundo Gil (2002, p. 4), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Visto que, o trabalho tem por base as publicações dos anais do XIV ENEM.

A análise foi conduzida por meio da Análise de conteúdo proposto por Bardin (2011, p. 155) que define como “um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados.” Essa técnica se alinha bem com os objetivos de investigação, que incluem a identificação de metodologias, desafios e possibilidades na integração de jogos africanos na Educação Matemática.

Portanto, a análise foi feita a partir de publicações dos Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática, edição de 2022. É importante ressaltar que a escolha dos Anais do ENEM 2022 não ocorreu por acaso. Optou-se por trabalhar com essa edição por se tratar da mais recente disponível na época do levantamento da pesquisa, ofertando, portanto, estudos acadêmicos mais atualizados. Além disso, o ENEM é um evento de grande destaque no cenário da Educação Matemática, com investigações que prezam pela abordagem dos tópicos matemáticos integrados às

questões sociais e culturais. Trata-se de um evento que tem tudo a ver com o caminho traçado nesta investigação.

Tendo em vista a análise de Sousa, Silva e Carvalho (2021), que fizeram uso dos anais do ENEM, evento anualizado que perpassou as produções acadêmicas entre 2003 e 2019 com o mesmo recorte temático abordado aqui, a escolha da edição mais recente visou aumentar e atualizar os dados e evidenciar o debate mais avançado das discussões acerca do ensino de matemática, relações étnico-raciais e educação antirracista do cenário atual. As palavras-chave “Mancala”, “Educação Antirracista”, “Jogos Africanos”, “Lei 10.639/03” e “Relações Étnico-Raciais” foram utilizadas na busca e seleção dos possíveis arquivos a serem contemplados. Essas palavras foram relevantes para a seleção e filtro do corpus de trabalhos, por se relacionarem diretamente com as proposições iniciais.

Para análise, foi lido cada um dos artigos selecionados com atenção para identificar temas recorrentes, metodologias e resultados relevantes para responder às perguntas de pesquisa. A leitura e análise dos trabalhos levaram a formular duas questões centrais: 1) Como o jogo Mancala tem sido utilizado como recurso pedagógico em matemática em relação à Lei 10.639/03? 2) Quais desafios e possibilidades as pesquisas apresentam para a introdução de jogos africanos, como o Mancala, para uma Educação Antirracista? E três categorias indicativas do caminho da investigação: 1. Relação do Mancala com Conteúdos Matemáticos. 2. Educação Antirracista e Relações Étnico-Raciais. 3. Desafios e Perspectivas no Uso de Jogos Africanos. As questões fornecem o roteiro da análise para responder aos objetivos da pesquisa, enquanto as categorias encontram uma forma de agrupar os achados, destacando temas recorrentes e de interesse.

As questões centrais foram então formuladas para orientar esta compreensão, e as categorias temáticas foram estabelecidas para estruturar a análise e agrupar os trabalhos de acordo com os seus focos específicos, contribuindo para a discussão aprofundada do tema. O presente estudo terá como base os Anais do ENEM 2022. Foram critérios de inclusão do presente estudo: artigos que abordam a utilização do jogo Mancala ou jogos africanos para o ensino de Matemática, bem como a relação deste com a Lei 10.639/03 e sua aplicação para a promoção de uma Educação Antirracista. Foram critérios de exclusão dos presentes estudos artigos que não trazem essa temática de forma direta. Uma importante limitação é que, ao utilizarmos uma palavra-chave com foco em uma única edição do ENEM, obtém-se quantidade restrita de artigos: apenas cinco. No entanto, estes já trazem atualizações e novas discussões sobre o assunto.

4 Resultado e discussão

Quadro 1 - Trabalhos analisados

Ano	Títulos	Autores
2022	Atividades matemáticas interculturais para o ensino fundamental: estudo de probabilidade com dados e jogos africanos	Débora Alfaia da Cunha Gabriel Viana da Conceição
2022	Relações étnico-raciais em contextos escolares e jogos africanos em pesquisas acadêmicas	Maria Gabriela de Figueiredo Furtado Carlos Eduardo Ferreira Monteiro
2022	Desafios na implementação da Lei 10.639/03 no ensino de matemática	Daniella da Silva Gonzaga Thais Cristina dos Santos Basilo Diego Matos Bruna Moustapha-Corrêa
2022	MANCALA? Presente! Reflexões Acerca de Pesquisas Sobre Pensamento Algébrico Vinculadas à um Grupo de Estudos e Pesquisas da UFSCar	Natiele Silva Lamera Klingler Teodoro Ciriaco

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O presente artigo reporta o minicurso intitulado “Atividades Matemáticas Interculturais para o Ensino Fundamental: Estudo de Probabilidade com Dados e Jogos Africanos”, realizado por Conceição e Cunha (2022), como parte das ações do projeto Ludicidade Africana e Afro-Brasileira – LAAB na Universidade Federal do Pará – UFPA de Castanhal. O curso, destinado a alunos de graduação em pedagogia, explorou o tema da análise probabilística a partir de dados egípcios e jogos africanos, como o Dosu e o Êxodos, alinhando-se com as propostas da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que preconiza a contextualização do ensino da matemática.

Portanto, o objetivo do trabalho foi apresentar uma proposta de atividades interculturais para o ensino de matemática com base em aspectos da cultura africana, mais especificamente do ensino fundamental, abordando conceitos de probabilidade. Nesse sentido, buscou-se apresentar saberes africanos na matemática para confrontar a visão eurocêntrica de matemática e discutir a educação que pretende ser destituída de preconceitos e que reconhece a diversidade cultural. Além disso, pretendia-se fomentar o pensamento probabilístico entre os estudantes, o que está previsto na BNCC, e contribuir para a adoção de práticas educacionais antirracistas.

Portanto, Conceição e Cunha (2022) concluem que é um erro e um preconceito imaginar a matemática como exclusiva de um grupo, pois saberes matemáticos foram construídos pela humanidade ao longo da história, e as culturas africanas contribuíram muito para a contextualização das noções. Essa pesquisa sintetiza que o jogo tem um impacto social e educativo substancialmente positivo e que deve fazer parte da escola, como a luta contra o racismo e outros tipos de preconceito e o reconhecimento de contextos de saberes recusados.

Além disso, esta pesquisa enfatiza a necessidade de levar a matemática para fora da abordagem de ciência exata e tratá-la como ciência humana: harmonizá-la com a diversidade, ou seja, promover uma educação mais justa e respeitosa. A avaliação do minicurso foi considerada positiva, de acordo com as análises, então é possível afirmar que os participantes viram a relevância de abordar a matemática contextual e culturalmente.

O artigo de Furtado e Monteiro (2022), intitulado “Relações étnico-raciais em contextos escolares e jogos africanos em pesquisas acadêmicas” tem por finalidade analisar de que maneira as pesquisas acadêmicas que compõem o campo da Educação Matemática têm explorado as relações étnico-raciais da matemática escolar, bem como a implementação da Lei 10.639/03? A perspectiva que a comunicação visa conferir consiste em enfatizar a relevância de abordar a história e a cultura africana e afro-brasileira, na perspectiva de utilizar jogos de origem africana como insumos metodológicos para propiciar uma educação antirracista e promover a diversidade cultural no âmbito escolar.

Além disso, o artigo também tem por finalidade apontar a necessidade de formação continuada docente com o intuito de capacitar os professores para lidar com a temática. Assim sendo, os autores discutem o Mancala, um jogo africano, como proposta metodológica para o ensino de matemática, enfatizando as potencialidades formativas desse jogo para a aprendizagem da matemática. Dessa forma, o Mancala se apresenta como uma proposta não apenas de teoria e prática do ensino da matemática com a cultura africana, mas também um jogo que se coloca frente à formação de uma consciência antirracista em sala de aula.

Dessa forma, a partir da revisão sistemática de literatura de Furtado e Monteiro (2022), entende-se que o uso do jogo Mancala pode auxiliar na autoavaliação do professor e desenvolver reflexões sobre a importância de novas abordagens metodológicas no processo de ensino e aprendizagem da matemática, tornando-se um objeto de estímulo e de aprofundamento do conhecimento matemático atraente para o aluno. Além disso, o jogo permite que o professor ensine a Matemática sem desvinculá-la de sua cultura, favorecendo a percepção de sua ascendência cultural afrodescendente. Todavia, para que o jogo Mancala e demais jogos africanos sejam efetivamente utilizados em sala de aula de matemática, os professores devem ter objetivos e planejamento definidos e conhecimento da cultura que envolve o jogo. Mais uma vez, endossa-se aquilo que ressaltam Santos e Jesus (2015): antes de tudo, reflita acerca do que espera dessa estratégia.

Portanto, Furtado e Monteiro (2022) afirmam que há estudos que articulam o ensino de Matemática com o contexto africano e afrodescendente, destacando as potencialidades dos jogos africanos como recursos metodológicos para o ensino e aprendizagem de Matemática. As principais conclusões do trabalho são que os jogos africanos não só auxiliam no ensino de conceitos matemáticos, mas também promovem a valorização da história e cultura africana e afrodescendente, contribuindo para a implementação da Lei 10.639/03 (Furtado e Monteiro, 2022).

Os autores supracitados afirmam ainda que há uma significativa carência de formação de professores quanto à Lei 10.639/03 e à discussão das relações étnico-raciais, evidenciada pelo desconhecimento dos professores sobre esses temas. Eles também identificam desafios na

operacionalização da lei em sala de aula, como o despreparo dos professores, a falta de materiais e apoios e uma abordagem eurocêntrica predominante no currículo. Furtado e Monteiro (2022) sugerem que é necessário diversificar recursos e práticas pedagógicas para além dos jogos africanos, promovendo uma abordagem culturalmente mais inclusiva e contextualizada no ensino da Matemática.

Gonzaga (et al., 2022) argumentam em sua pesquisa sobre os desafios da implementação da Lei 10.639/03, que exige a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar para uma educação antirracista. A pesquisa, baseada em estudo bibliográfico, objetivou refletir sobre as barreiras para a aplicação da lei, principalmente no ensino de matemática, e observa que os desafios surgem da forma como essa disciplina é percebida: como um conhecimento branco, masculino e eurocêntrico. Segundo os autores, com base em suas pesquisas, a percepção de que a matemática é neutra, uma linguagem geral, a manutenção do privilégio branco e do sistema escolar atual, e a falta de flexibilidade no currículo da educação básica e na formação de professores são desafios ao currículo antirracista.

Apesar de a lei ter sido implementada em 2003, sua efetivação ainda é um gigantesco desafio, e, juntamente com o quadro da matemática, a resistência à mudança continua. Até os docentes desempenharem um papel principal na implementação prática das práticas educacionais da lei. Portanto, Gonzaga (et al., 2022) afirmam que a implementação desse artigo, que descreve o desafio da educação matemática nos termos da lei 10.639/03, combina muitos desafios. No geral, os autores priorizam a percepção da política educacional como eurocêntrica e a manutenção de privilégios brancos. Também é necessário modificar completamente a prática de inúmeras instituições escolares com a abolição de suas formas atuais, e de currículos escolares que também expliquem a descolonização. A inclusão de tradições educacionais de várias culturas, especificamente a tradição da educação matemática afrodescendente, é uma etapa importante para a verdadeira abolição da escola como um instrumento de racismo.

Por outro lado, os autores enfatizam que a execução da legislação não é uma nova seleção de componentes, mas uma modificação estrutural que envolve a interação de matérias sobre a raça e a cultura em cada uma das disciplinas. A educação deve valorizar a multiplicidade de conhecimento matemático e desenvolver uma atmosfera onde serão expressos estudantes de maneira promissora, aumentando a igualdade nesse contexto. A duração de todas as medidas conjecturadas pode cooperar para lidar com uma sociedade melhor e igual.

“MANCALA? Presente! Reflexões Acerca de Pesquisas Sobre Pensamento Algébrico Vinculados à um Grupo de Estudos e Pesquisas da UFSCar” assim é titulado o artigo de Lamera e Ciriaco (2022). A pesquisa enfatiza a necessidade de repensar as práticas de ensino de matemática e a formação de professores por meio de uma lente crítica, principalmente no contexto de mudanças curriculares governamentais de cima para baixo.

Neste sentido, o objetivo central dessa produção é discutir a inclusão da unidade temática de álgebra no currículo dos anos iniciais da educação básica, a fim de problematizar a necessidade da criação de novas práticas pedagógicas no ensino de matemática, bem como a formação de novos professores. Aprofundando-se nas pesquisas realizadas pelo “MANCALA – Grupo de Estudos e

Pesquisas em Educação Matemática, Cultura e Formação Docente”, a produção tem como finalidade trabalhar a criticidade acerca das mudanças curriculares e da autonomia dos professores, assim como da importância do pensamento algébrico para a formação de alunos e docentes em meio a práticas educacionais extremamente exigentes e perspectivas verticalizadas.

Sob o olhar de Lamera e Ciriaco (2022), o grupo de estudos se torna um polo de extrema importância para a promoção de mudanças na educação matemática, já que, levando-se em consideração o fato de que passar o pensamento algébrico para o currículo e inseri-lo sem as mudanças requeridas na pedagogia e nas práticas de formação, o fato é que nem sempre as abordagens mais tradicionais conseguem suprir as reais necessidades tanto das crianças quanto dos professores do ensino básico.

Assim, os autores criticam a abordagem top-down das políticas curriculares governamentais, que impõem mudanças de maneira rígida e sem levar em consideração o contexto das escolas e as realidades dos professores. Portanto, os autores criticam quando essa abordagem impõe limites à autonomia dos educadores e mantém a continuidade lógica de um sistema de ensino que exclui parte da população. Os autores acreditam que a discussão crítica das práticas educativas é essencial para permitir aos professores a apropriação do conhecimento pedagógico e levar os professores a práticas significativas e colaborativas. Os autores acreditam na formação continuada dos professores em contextos de ensino reais para que troquem experiências e discutam a prática docente.

No mesmo sentido, Lamera e Ciriaco (2022) afirmam que o jogo Mancala, pode ser usado como uma referência cultural para explorar e desenvolver o pensamento algébrico entre alunos. Especificamente, eles alegam que as estratégias do jogo, que envolvem contagem e manipulação de elementos, podem ser adaptadas a atividades matemáticas nas quais os alunos aprendem conceitos de adição, subtração e raciocínio lógico. Além de promover elementos lógicos e cognitivos, o jogo de Mancala é uma maneira de conectar a matemática com a cultura ambiental.

Os autores também ressaltam a importância de integrar jogos e atividades culturais no currículo de matemática, pois isso pode contribuir para um ensino mais significativo e inclusivo, promovendo a autonomia dos alunos e estimulando o desenvolvimento de habilidades de resolução de problemas.

Lamera e Ciriaco (2022), concluem que a inclusão do pensamento algébrico no currículo dos anos iniciais da educação matemática é fundamental para promover uma prática pedagógica mais reflexiva e crítica. Os autores enfatizam a necessidade de superar as dificuldades enfrentadas pelos professores, que muitas vezes estão relacionadas à falta de formação especializada e às limitações impostas por currículos rígidos e top-down.

Das reflexões apresentadas analisados nos Anais do ENEM XIV, pode-se concluir que os jogos africanos, como o Mancala, são boas ferramentas metodológicas para a educação matemática. Esses jogos não só permitem explorar conceitos matemáticos, como probabilidade e pensamento algébrico, como também desempenham importante papel na educação antirracista e na valorização das culturas africanas e afrodescendentes, contribuindo, portanto, para a concretização da Lei 10.639/03.

No entanto, os desafios relatados pelos autores indicam a necessidade de continuar investindo na formação inicial e continuada de professores e na oferta de materiais didáticos adequados e contextualizados. Além disso, é fundamental repensar as práticas pedagógicas e os currículos escolares, ainda influenciados por uma abordagem eurocêntrica da educação em matemática; promovendo, portanto, a flexibilidade e a inclusão cultural.

5 Considerações finais

O estudo visou, analisar a utilização do jogo Mancala como recurso pedagógico no ensino de Matemática no confronto da Lei 10.639/03 e perscrutar de que maneira tal prática se insere nos princípios de uma Educação Antirracista. Em outras palavras, identificar metodologias, desafios e possibilidades dos jogos africanos nas aulas de Matemática, de modo a refletir criticamente acerca da importância de se direcionar a diversidade étnico-racial para o ambiente escolar.

A partir da análise dos Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática, encontramos quatro trabalhos relevantes que discutem sobre o Mancala e outros jogos africanos como recurso pedagógico do ensino de Matemática. Tais estudos apontam para o incremento do interesse acerca da relevância de se implantar saberes culturais, bem como da necessidade de se formar professores aptos a trabalharem culturalmente na escola.

Ademais, os resultados concluíram que introduzir o jogo de Mancala é bastante positivo não apenas para um melhor entendimento de concepções matemáticas, como também para promover uma maior compreensão e valorização cultural do aluno acerca da cultura africana e afro-brasileira. A abordagem contribui para a construção de uma narrativa mais favorável acerca da história e cultura africana, contrapondo-se ao preconceito e ao estereótipo que remanesçam sociais.

Os desafios existentes, como a comunicação cultural nas aulas e a falta de qualificação inicial dos docentes, sinalizam a urgência de um comprometimento institucional em alçar uma escola mais inclusiva e crítica. As escolas precisam criar medidas para incluir a diversidade cultural nos currículos e gradativamente para que os alunos construam uma autoimagem mais forte e positiva de identidade.

Em síntese, a análise reiterou que a educação deve ser um espaço transformador da sociedade e que a Educação Antirracista por meio dos jogos africanos é pré-requisito para uma sociedade mais igualitária, justa e sensível a todas as suas culturas. No momento em que se valorizam os saberes ancestrais, a educação não só cria possibilidades de aprendizagem aos alunos, como também os habilita a se ajustarem como governantes da sociedade.

Referências

ARAÚJO, S. S.; FERREIRA, A. T. R. de J.; VIEIRA, L. B. **Educação matemática antirracista: pressupostos teóricos, práticas decoloniais e interculturais.** *Identidade*, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 81-106, 2023.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 09 de janeiro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm Acesso em: 06 set. 2024.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo.* São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, G. B. B. **O ensino de matemática através de jogos educativos africanos: um estudo de caso em uma turma de educação de jovens e adultos (EJA) de uma escola municipal de Aracaju.** 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática) - Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão, 2016.

DA CONCEIÇÃO, G. V.; DA CUNHA, D. A. **Atividades matemáticas interculturais para o ensino fundamental: estudo de probabilidade com dados e jogos africanos.** *Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática.* Edição online, 2022.

CORREIA, C. P. **A Afroetnomatemática na educação básica: uma proposta de abordar a cultura africana por meio da utilização de jogos na sala de aula.** Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

FURTADO, M. G. F.; MONTEIRO, C. E. F. **Relações étnico-raciais em contextos escolares e jogos africanos em pesquisas acadêmicas.** *Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática.* Edição online, 2022.

GÓES, A. R. T.; GÓES, H. C. **Ensino da Matemática: concepções, metodologias, tendências e organização do trabalho pedagógico.** Curitiba: Editora Intersaberes, 2015.

GIL, A. C. (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa** (4a ed.). São Paulo: Atlas.

GONZAGA, D. S.; BASILO, T. C. S.; MATOS, D. MOUSTAPHA-CORRÊA, B. **Desafios na implementação da Lei 10.639/03 no ensino de matemática.** *Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática.* Edição online, 2022.

LAMERA, N. S.; CIRÍACO, K. T. **MANCALA? Presente! Reflexões Acerca de Pesquisas Sobre Pensamento Algébrico Vinculadas à um Grupo de Estudos e Pesquisas da UFSCar.** *Anais do XIV Encontro Nacional de Educação Matemática.* Edição online, 2022.

SANTOS, A. W. M.; JESUS, G. B. **Um estudo referente aos jogos em três coleções de Livros Didáticos de Matemática para o Ensino Fundamental.** *Anais do XVI EBEM. Anais. Em: XVI ENCONTRO BAIANO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.* Salvador: IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2015.

SOUZA, E. C. S.; SILVA, M. G. C.; CARVALHO, J. I. F. **Conhecimento matemático africano e educação antirracista: uma análise dos anais do ENEM.** *Revista Currículo e Docência*, v. 3, n. 1, p. 3-17, 2021.